

A ATUAL REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE: UMA ESFINGE A SER DECIFRADA?

THE CURRENT NORTHWEST FLUMINENSE REGION: A SPHINX TO BE DECIPHERED?

Jorge Natal^A

 <https://orcid.org/0000-0002-8802-9259>
Correspondência: jlanatal@gmail.com

José Luis V. da Cruz^B

 <https://orcid.org/0000-0001-9869-2639>
Correspondência: joseluisvianna@uol.com.br

Helcio de Medeiros Junior^C

 <https://orcid.org/0000-0003-0026-659X>
Correspondência: hmedeirosjunior@gmail.com.

^A O autor é doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), professor aposentado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e professor visitante-sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF)

^B O autor é doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professor aposentado pelo Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, ESR/UFF

^C O autor é doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, economista aposentado pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).

DOI: 10.12957/cdf.2024.86735

Recebido em: 22 ago. 2024 | **Aceito em:** 08 out. 2024

RESUMO

Esse espaço é apresentado recorrente e amplamente como sendo a região-problema por excelência do estado do Rio de Janeiro. Os indicadores econômicos e sociais, ruins, corroboram esse entendimento. Não fora bastante, como seu contingente populacional é pequeno, essa região possui poucos votos e conseqüentemente poucos votos/peso político nas lutas federativas – quer ao nível estadual quer ao nível federal. Não obstante, ela não expressa flagrantes “assimetrias” sociais – aliás, contradições largamente na sociedade brasileira. Ademais, o processo histórico de ocupação socioeconômico legou uma série de atividades econômicas (pequenas) que, de alguma forma, sustentam a renda e o emprego regionais – algumas inclusive com peso relativo importante na cena econômica estadual. Sendo assim, apesar dos muitos senões, defende-se que, dada a incapacidade endógena das suas forças internas catapultarem per se seu desenvolvimento, faz-se necessário o devido apoio institucional oriundo de escalas “superiores” para que essa região possa fazer frente ao histórico limbo em que historicamente se encontra. Defende-se ainda, concluindo, que essa região poderia vir a ser, inclusive, um caso paradigmático de desenvolvimento regional, posto que



assentado em empreendimentos de pequeno porte e sem as referidas disparidades sociais que tanto definem e estruturam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; noroeste fluminense; desafios ao desenvolvimento.

ABSTRACT

The space approached herein is frequently and widely presented as being the so-called region-problem par excellence in the state of Rio de Janeiro. Poor economic and social indicators corroborate this understanding. If not enough, as its population is small, this region has few votes and consequently few votes/political weight in federative disputes – both at state and federal level. However, it does not express flagrant social “asymmetries” – in fact, widely found in Brazilian society. Furthermore, the historical process of socioeconomic occupation has bequeathed a series of (small) economic activities that, in some way, sustain regional income and employment – some even with important relative weight in the state's economic scene. Therefore, despite the many negative aspects, it is argued that, given the endogenous incapacity of its internal forces to catapult its development per se, due institutional support from “higher” scales is necessary so that this region can face the historical limbo in which it historically finds itself. It is also argued, in conclusion, that this region could even become a paradigmatic case of regional development, based on small-scale enterprises and on overcoming the aforementioned social disparities that define and structure Brazilian society.

Keywords: regional development; northwest fluminense; development challenges.

1 INTRODUÇÃO

Sobressai do título acima o recorte geográfico deste artigo: a região Noroeste Fluminense (RNOF). Dele também advém o recorte cronológico: a atualidade. Logo, conhecidos os recortes anteriores, resta explicitar o terceiro (o lógico); qual seja, a questão a responder. Ela é a seguinte: a quantas anda a dinâmica socioeconômica no lugar e no tempo referidos¹?

A tal questionamento uma resposta parece ser consensual, a saber: tal unidade político-administrativa é proclamada como a área-problema por excelência do estado do Rio de Janeiro (ERJ). De forma diversa: os analistas que estudam esse lugar, quer na academia quer em nível governamental, o enunciam como se ele habitasse uma espécie de limbo marcado pela estagnação econômica, pela larga pobreza e pelo abandono no que trata das políticas públicas.

Essa avaliação não surpreende, posto a RNOF: a) apresentar produto interno e renda média baixos; b) não dispor de empresas geradoras de volumes expressivos de

¹Tal perspectiva metodológica é devedora de Novais (1986).

emprego e renda, e tampouco demandar maiores contingentes de mão de obra qualificada; c) não contar com unidades subnacionais de porte econômico e volumes populacionais dignos de nota, excetuando-se – em certo tour de force – o caso do município de Itaperuna (como se mostrará); d) receber royalties oriundos da exploração petrolífera realizada na Bacia de Campos, mas em valores insuficientes para nela suscitar impactos econômicos de monta²; e) distar aproximados trezentos quilômetros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o principal e destacado polo econômico do estado (ERJ); f) expressar indicadores sociais ruins (seção 2); g) não atrair recursos públicos suficientes para dinamizar sua economia por possuir pouco peso eleitoral (leia-se: pouca gente, poucos votos, pouca importância política); h) não criar mercado interno robusto graças à referida limitação populacional (seção 1); e i) receber apoio irregular e irrelevante das instituições para efeito do seu desenvolvimento.

Isto posto, erige-se uma segunda pergunta: essa região não tem mesmo qualquer perspectiva de superação do que veio de ser apontado? De maneira precisa: não há de fato nada a ser mobilizado capaz de inaugurar uma etapa socioeconômica mais auspiciosa em seus domínios?

Feitos esses preâmbulos, o artigo foi estruturado como segue: na primeira seção, consideram-se informações físico-geográficas, populacionais e econômicas de sorte a elaborar uma primeira incursão analítica em sua região-objeto; na segunda seção, examina-se a geração de postos de trabalho, a distribuição funcional da renda e o contingente de pobres de modo a avançar o entendimento da sua configuração econômica, social e espacial; na terceira seção, mostra-se a existência de lastros histórico-estruturais que permitem tanto a vida ali acontecer quanto apontam para a possibilidade de se levar adiante nesse lugar fluminense um novo e “mais avançado” projeto de desenvolvimento; resgata-se, a partir da angulação econômica, o processo de ocupação territorial evidenciando a existência em seus limites de uma divisão territorial do trabalho merecedora de políticas públicas em prol da consecução do anotado projeto; e, apontam-

²Tanto que a participação desses recursos na receita total regional se situa na faixa de 10 a 15%, sendo o município de São José de Ubá o que mais recebia em termos percentuais essa renda (16%). Na mesma linha de análise: ele era seguido, com 15%, pelos de Aperibé, Itaocara e Varre-Sai, o que pouquíssimo contribuía para a alavancagem regional uma vez serem eles irrelevantes em termos econômicos. Sublinhe-se ainda que esses recursos representavam apenas 4% da receita total de Itaperuna, como anotado, o principal município da RNOF. Tais somas não se mostravam capazes de potencializar essa região no que trata da geração de emprego e renda. Em complemento, vide o ranking dos seus municípios no âmbito estadual no que concerne ao recebimento de royalties: Aperibé, 82°; Bom Jesus, 53°; Cambuci, 72°; Italva, 75°; Itaocara, 60°; Itaperuna, 42°; Laje do Muriaé, 83°; Miracema, 58°; Natividade, 72°; Porciúncula, 68°; Pádua, 50°; São José de Ubá, 83°; e, Varre-Sai, 84°. Ou seja: essas colocações no âmbito do ERJ, dados seus noventa e dois municípios, reforçam o que veio de ser enunciado (Sebrae, 2016).

se algumas atividades econômicas com potencial para efeito da geração de emprego e renda em seus espaços. Por último, nas Considerações finais, resgatam-se algumas conclusões e, passo seguinte, são indicados os desafios institucionais a enfrentar para efeito da superação do seu apontado limbo histórico.

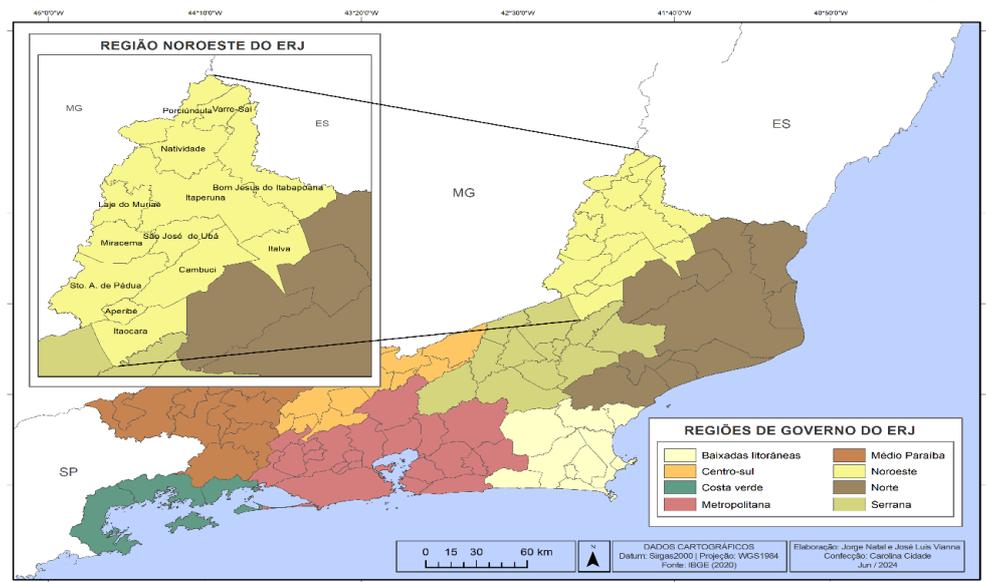
2 ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS, POPULACIONAIS E ECONÔMICOS

Esta seção está organizada em quatro subseções, a saber: 1.1 Aspectos físico-geográficos; 1.2 Aspectos populacionais; 1.3 Aspectos econômicos; e 1.4 Uma visão de conjunto.

2.1 Aspectos físico-geográficos

Ela é uma das oito regiões do estado do Rio de Janeiro³ e está localizada, por suposto, na sua porção mais ao norte e a oeste. Ainda: essa unidade faz fronteira à oeste com o estado de Minas Gerais, à leste com a região Norte (RNO), na sua porção sul com a região Serrana e ao norte com o estado do Espírito Santo (Figura 1).

Figura 1 – As regiões de governo do estado do Rio de Janeiro e seus municípios



Fonte: Fundação CEDERJ (2020).

³Tal regionalização segue a utilizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Anote-se que: a) a RNOF tem 5.388,5 km², área essa equivalendo a 12,3% da área do ERJ (43.750 km²); b) Itaperuna é o seu maior município, com 1.106.694 km², e representa cerca de 21% do total regional – os três seguintes são: Santo Antônio de Pádua 603,36 km² (de aqui em diante nomeado Pádua), Bom Jesus de Itabapoana 596.659 km² (idem, Bom Jesus) e Cambuci 558,281 km². Por conseguinte, cada um deles representa mais ou menos a metade da área de Itaperuna; c) a região em exame apresenta topografia variando de menos de 100 a mais de 1.000 metros (é dizer, ela é bastante acidentada); e d) apresenta problemas de suprimento de água em parcela do seu território, apesar de ser atravessada por importantes rios como o Carangola, o Muriaé, o Pomba e o Paraíba do Sul (além de possuir lagoas e cachoeiras) (Ferreira *et al.*, 2022; Martorano *et al.*, 2003).

2.2 Aspectos físico-geográficos

Para esse fim são considerados, como consta do quadro seguinte, os dados do Censo de 2000, 2010 e 2022 (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição e evolução populacional da região Noroeste Fluminense e seus municípios

Unidades federativas	População 2000 (A)	População 2010 (B)	População 2022 (C)	C/A (%)	C/B (%)
Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	14.391.282	15.989.929	16.055.174	11,56	0,41
Região Noroeste Fluminense (RNOF)	297.696	317.493	324.037	8,85	2,06
% da população da RNOF no ERJ	2,07	1,99	2,02	-	-
Aperibé	8.018	10.213	11.034	37,62	8,04
Bom Jesus	33.655	35.411	35.173	4,51	-0,67
Cambuci	14.670	14.827	14.616	-0,37	-1,42
Italva	12.621	14.063	14.073	11,50	0,07
Itaocara	23.003	22.899	22.919	-0,37	0,09
Itaperuna	86.720	95.841	101.041	16,51	5,43
Laje do Muriaé	7.909	7.487	7.336	-7,24	-2,02
Miracema	27.064	26.843	26.881	-0,68	0,14
Natividade	15.125	15.082	15.074	-0,34	-0,05
Porciúncula	15.952	17.760	17.288	8,38	-2,66
Pádua	38.692	40.589	41.325	6,81	1,81
São José de Ubá	6.413	7.003	7.070	10,24	0,96
Varre-Sai	7.854	9.475	10.207	29,96	7,73

Fonte: IBGE (2024).

Tendo em vista o Quadro 1 se pode dizer que: a) o desempenho populacional regional foi crescente no período 2000-22. No entanto, assinala-se a diferença verificada entre esses anos e os 2010-22. Isto é: no primeiro a população cresceu cerca de 0,5% ao

ano (a.a.) e no segundo a uma taxa ainda menor (cerca de 0,17% a.a.). Em adição, embora o crescimento nos últimos doze anos tenha sido superior ao do ERJ, o dos referidos anos 2000-22 ficou bem abaixo; b) o percentual agregado dos últimos doze anos só não foi inferior por causa de Aperibé (8,04%), Varre-Sai (7,73%) e Itaperuna (5,43%) – que, como explicado na nota que segue, precisa ser relativizado⁴; c) o crescimento experimentado no período 2000-22 pelos dois primeiros municípios referidos (37,62% e 29,96%, pela ordem) merecem ser sublinhados apenas quando comparados com o do terceiro, o de Itaperuna (16,51%) – percentuais esses, como explicado na nota de rodapé 9, a serem também relativizados; d) a região abrange quatro municípios com contingentes populacionais na faixa dos dez mil habitantes ou menos (Aperibé, Laje do Muriaé, São José de Ubá e Varre-Sai) e outros quatro no entorno dos quinze mil (Cambuci, Italva, Natividade e Porciúncula). Em termos precisos: das treze unidades subnacionais regionais oito estão situadas no entorno de sete a quinze mil habitantes; e e) os aproximados 2% da população dessa região no estado têm evidentes implicações políticas e econômicas negativas como já se disse quanto à atração de empresas/investimentos e recursos públicos para seus limites territoriais⁵.

Nessa mesma linha argumentativa, diante do contingente de habitantes e da extensão territorial, enfatize-se sua baixa densidade demográfica populacional de 60 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²). Aperibé é o município onde esse indicador é mais expressivo; no entanto, ele alcança apenas 116 hab./km² – tal “apenas” se justifica em razão de ele apresentar a menor extensão territorial da região. Além disso, as unidades subnacionais regionais mais destacáveis, reiterando, Itaperuna, Bom Jesus e Pádua, também pela ordem, tem apenas 90, 60 e 68 hab./km² (Sebrae, 2016).

Em síntese, destaque-se que: a) o crescimento populacional da RNOF está longe de ser apreciável (pelo contrário), operando desse modo para a limitação de seu mercado interno (seja para a produção doméstica, seja para a atração de grandes empreendimentos⁶); b) essa participação seria menor não fosse o crescimento de Aperibé,

⁴Conquanto significativos, os dois primeiros percentuais são pouco relevantes: porque suas populações são diminutas; e, porque eles foram inflados devido às suas emancipações (Varre-Sai de Natividade e Aperibé de Pádua) e ulterior estruturação das suas respectivas máquinas públicas. O percentual de crescimento de Itaperuna, conquanto elevado, tampouco pode ser superestimado pelo tempo decorrido (22 anos). Em suma: essa região, no limite, experimenta crescimento populacional do tipo vegetativo.

⁵Em adição, ilustrativa e atualíssima, vide *Agenda do Poder* de 11.03.2024 intitulada “Emendas impositivas da Alerj: conheça as cidades que mais receberam recursos e as que não receberam nada”. Cada deputado terá direito a cerca de R\$ 2,7 milhões para gastar em seus projetos. Contudo, por conta da reduzida população da RNOF, ela receberá quase nada desse valor posto ter um único deputado estadual (Itaperuna).

⁶Isso não surpreende, pois, como mostra Marx (2024; capítulo 23 do Livro I), há no capitalismo uma lei populacional determinada pela dinâmica econômica, a saber: a população tende a se movimentar no território em função da oferta de postos de trabalho e geração de renda.

Varre-Sai e Itaperuna, conquanto ele não possa ser valorado (como explicado); e c) a reduzida performance dos municípios com maior população, mesmo a de Itaperuna, nos últimos doze anos foi de apenas 5,43%. Em síntese: essa região tem volume populacional limitado apesar da sua exígua extensão territorial. Não fora bastante, ela apresenta reduzido ritmo de crescimento demográfico.

2.3 Aspectos econômicos

Os números anteriores (Quadro 1) mostram a flagrante importância populacional de Itaperuna em seu âmbito regional e o contingente bem menor dos outros dois municípios de maior peso com relação a esse mesmo quesito, e.g., Pádua e Bom Jesus⁷. Mesmo assim a relevância dessas últimas unidades federativas se justifica, afora os aspectos população e geração de riqueza (no aludido âmbito), posto por vezes se apontar que eles poderiam ou mesmo estariam colocando em xeque a centralidade regional de Itaperuna (PortalRioBr, 2024) – os números apresentados a seguir desmentem tal verbalização (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução da participação do Produto Interno Bruto (PIB) – região Noroeste Fluminense e seus municípios, e estado do Rio de Janeiro

Estado, Região e Municípios	2010			2020			C-A (ERJ)	D-B (RNOF)
	R\$ mil	% em relação ao ERJ (A)	% em relação à RNOF (B)	R\$ mil	% em relação ao ERJ (C)	% em relação à RNOF (D)		
Estado do Rio de Janeiro	449.858.101	100,00	-	753.823.710	100,00	-	-	-
Região Noroeste	3.934.116	0,87	100,00	8.971.244	1,19	100,00	0,32	-
Aperibé	93.788	0,02	2,38	223.202	0,03	2,49	0,01	0,10
Bom Jesus	420.564	0,09	10,69	869.561	0,12	9,69	0,02	-1,00
Cambuci	167.262	0,04	4,25	405.064	0,05	4,52	0,02	0,26
Italva	163.482	0,04	4,16	390.519	0,05	4,35	0,02	0,20
Itaocara	256.885	0,06	6,53	632.251	0,08	7,05	0,03	0,52
Itaperuna	1.436.222	0,32	36,51	3.317.024	0,44	36,97	0,12	0,47
Muriaé	77.640	0,02	1,97	166.507	0,02	1,86	0,00	-0,12
Miracema	248.305	0,06	6,31	635.712	0,08	7,09	0,03	0,77
Natividade	152.230	0,03	3,87	322.465	0,04	3,59	0,01	-0,28
Porciúncula	180.948	0,04	4,60	415.342	0,06	4,63	0,01	0,03
Pádua	584.056	0,13	14,85	1.176.973	0,16	13,12	0,03	-1,73
Ubá	70.522	0,02	1,79	168.874	0,02	1,88	0,01	0,09
Varre-Sai	82.212	0,02	2,09	247.750	0,03	2,76	0,01	0,67

Fonte: IBGE (2022a).

⁷Enquanto o primeiro detinha cerca de 31% da população regional, conforme os dados de 2022, tendo inclusive aumentado esse percentual em relação ao ano de 2010 (30,2%), Pádua, nos mesmos anos, viu reduzido seu crescimento de 12,8% para 12,3% e Bom Jesus experimentou aumento pífio - de 10,9 para 11,1 p.p.

Das anotações precedentes e do Quadro 2 resultam quatro destaques: a) na coluna C-A, observa-se o aumento da participação do PIB da RNOF no PIB estadual em + 0,32 pontos percentuais (p.p.). Esse aumento, afora não ser significativo, visto o tempo decorrido, explica-se sobretudo pelo desempenho de Itaperuna (+0,12 p.p.). Sublinhe-se ainda que os desempenhos positivos de Pádua (+0,03 p.p.) e Bom Jesus (+0,02 p.p.) foram mínimos. Enfim: reitera-se a importância econômica do primeiro município vis a vis esses outros dois – os demais aumentaram suas participações, porém o fizeram irrisoriamente; b) na coluna D-B, logo, no âmbito intrarregional, outra vez sobressai Itaperuna (+0,47 p.p.) diante de Pádua (-1,73 p.p.) e Bom Jesus (-1,00 p.p.); c) por conseguinte, reafirma-se a centralidade econômica incontestada de Itaperuna. A esse respeito, vide também o fato de esse município alcançar, em 2020, 36,97% do PIB regional, ficando Pádua com 13,12% e Bom Jesus com 9,69%. Mais: as participações dessas duas últimas unidades federativas eram maiores em 2010 (pela ordem, 14,85% e 10,69%); e d) na coluna D-B, constata-se alguma movimentação interna à região, uma vez ter havido municípios diminuindo suas participações enquanto outros lograram aumentá-las⁸.

Face as anotações precedentes, enfatize-se: a) o modesto crescimento econômico da região no período examinado; b) a redução da participação relativa no PIB regional de Pádua e Bom Jesus desqualifica, como apontado, a capacidade de esses dois municípios rivalizarem com Itaperuna do ponto de vista econômico; e c) as movimentações internas de alguns de seus municípios.

2.4 Uma visão de conjunto

Considerados os itens anteriores, sublinhem-se os seguintes aspectos: a) em que pese a extensão territorial não ser significativa em relação a outras regiões e ao próprio estado (ERJ), observado seu contingente e densidade populacionais, a RNOF apresenta não-territórios ou áreas de sombra (Santos, 1994). Além desse baixo contingente e densidade contribuíram para esse quadro a realização de determinado êxodo rural durante o século XX, em especial na sua primeira metade (essa démarche será examinada na seção 3), bem como a ocupação predatória do seu território; b) o município de Itaperuna

⁸Os que diminuíram essa participação foram: Pádua, -1,73%; Bom Jesus, -1,00%; Natividade, -0,28%; e, Laje do Muriaé, -0,10%; e, os que a aumentaram foram: Miracema, +0,77%; Varre-Sai, +0,67%; Itaocara, +0,52%; Itaperuna, +0,47%; Cambuci, +0,26%; +Italva, 0,20%.

desempenha incontestemente papel de capital regional, devendo-se destarte guardar reservas quanto à Pádua e Bom Jesus com ele rivalizarem; c) a referida resiliência de alguns municípios não deve ser perdida de vista para o delineamento de um novo padrão socioeconômico de desenvolvimento (essa discussão será retomada adiante)⁹; d) as anotações acerca da extensão territorial (apesar de ela não ser significativa no âmbito do ERJ) e a baixa densidade demográfica não representam óbices definitivos para a implementação de atividades geradoras de emprego e renda, sobretudo em sua área rural (como se analisará); e) por fim, importante não ignorar o problema da água.

3 A QUESTÃO SOCIOECONÔMICA: UMA ANÁLISE MAIS DETIDA

Esta seção está organizada em quatro subseções, como segue: 2.1 Preâmbulo (metodológico); 2.2 O problema da geração de postos de trabalho; 2.3 A tipificação da distribuição da renda e a pobreza¹⁰; e 2.4 Uma sucinta conclusão preliminar.

3.1 Preâmbulo (metodológico)

A análise a seguir está organizada em dois blocos: o primeiro se assenta nas informações obtidas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹¹; e o segundo, nos dados do Coeficiente de Gini, do CadÚnico e do contingente de pobres. De modo mais detido: a análise do primeiro bloco considera a variação absoluta de postos de trabalho por setor de atividade econômica das regiões do estado (Quadro 3) e a mesma variação em relação aos municípios da região em exame (Quadro 4); e a do segundo, como apontado, leva em conta os dados do Coeficiente de Gini (que mede a desigualdade

⁹Adição: tal resiliência deve ser valorada posto que no período analisado a economia brasileira e a fluminense viveram sob o signo de significativa crise, em particular na segunda metade dos anos 2010.

¹⁰As palavras/designações pobreza e pobre são aqui utilizados com reservas pelo fato de os autores os entenderem insubsistentes, uma vez existem nas sociedades do capital apenas duas classes sociais, não essas, pobres e ricos, e sim capitalistas e trabalhadores. Vale lembrar serem elas, as palavras/designações, derivadas dos rendimentos auferidos, enquanto a perspectiva clássica mostra que os rendimentos são determinados pela inscrição dos indivíduos no processo de produção da riqueza social.

¹¹Ela visa suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista, prover dados para a elaboração de estatísticas de trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Tais informações indicam quem são essas pessoas e famílias, como elas vivem e do que precisam para melhorar suas vidas (conforme Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Governo Federal). Ainda: são obrigados a entregar a declaração RAIS todos aqueles com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

da distribuição da renda) (Quadro 5), do CadÚnico (que registra o número de pessoas e famílias cujas rendas domiciliares per capita são de até ½ salário-mínimo) (Quadro 6) e do contingente de pobres (Sebrae, 2016).

3.2 O problema da geração de postos de trabalho¹²

No que trata das regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, mirando a “nossa” região-objeto, considere-se o Quadro 3.

Quadro 3 – Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e regiões de governo do estado do Rio de Janeiro – 2010/2021

Sector de atividade	Metropo- litana	Noroeste	Norte	Serra- na	Baixadas Litorâ- neas	Médio Vale do Paraíba	Centro- Sul	Costa Verde	Total
Agricultura	775	-575	-815	1.307	-262	-811	-254	113	-522
Indústria	-129.304	648	-5.122	-7.100	534	1.296	1.610	-8.510	-145.948
Extr. mineral	2.313	-72	-7.016	-48	2.702	-82	-335	-35	-2.573
Mín. não- metálicos	-3.933	-163	-595	103	-103	-410	-276	44	-5.333
Metalurgia	-6.045	-49	-1.548	132	435	1.301	79	-10	-5.705
Mecânica	-4.984	42	1.441	137	883	4.696	81	37	2.333
Eletr. e comunicação	-1.078	14	15	68	68	-5	245	-1	-674
Mat. transportes	-11.871	-131	1.974	-302	73	-71	-423	-5.430	-16.181
Mad. e mobiliário	-2.841	-13	-205	-277	49	-170	214	-163	-3.406
Papel e gráfica	-12.290	167	-245	-246	-2	282	185	0	-12.149
Borracha, fumo e couros	-2.796	5	183	-306	-65	597	1.073	12	-1.297
Química	-16.138	201	81	-1.781	302	-226	882	-8	-16.687
Têxtil	-16.687	299	-408	-3.299	-6	-769	-780	-22	-21.672
Calçados	-617	-5	-19	-57	3	-9	0	2	-702
Alim. e bebidas	-2.496	107	1.049	889	282	1.134	520	410	1.895
Serv. util. pública	1.970	46	-116	103	69	419	251	251	2.993
Constr. civil	-51.811	200	287	-2.216	-4.156	-5.391	-106	-3.597	-66.790
Serviços	-103.908	7.565	16.718	15.822	40.162	21.254	173	7.473	5.259
Com. varejista	-28.687	1.639	-778	4.671	8.385	1.198	247	2.419	-10.906
Com. atacadista	3.666	-334	48	764	1.050	202	650	213	6.259
Inst. financeiras	796	179	407	52	73	-325	133	52	1.367
Adm. téc. prof.	-28.284	1.747	5.291	3.182	2.781	6.995	-1.621	176	-9.733
Transporte e comunicação	-33.762	1.445	4.218	2.119	2.055	2.520	-109	423	-21.091
Aloj. e alimentação	-40.869	1	-2.900	850	4.300	-1.171	-4.188	1.906	-42.071
Méd., odonto. e veter.	45.034	1.107	3.501	421	2.358	5.214	1.524	-76	59.083
Ensino	25.691	900	2.794	777	1.974	1.136	316	836	34.424
Adm. Pública	-47.493	881	4.137	2.986	17.186	5.485	3.221	1.524	-12.073
TOTAL	-232.437	7.638	10.781	10.029	40.434	21.739	1.529	-924	-141.211

Fonte: Brasil (2024).

¹²Assinale-se que tais categorias operam como proxy da varável dinâmica econômica.

Dada a última coluna e a da RNOF, sobretudo essas, tem-se que: a) Agricultura. Houve perda de postos de trabalho (p.t.) no estado como um todo (-522), performance acompanhada pela Região Noroeste que registrou - 575 p.t. Indústria. Os p.t. diminuíram no estado em 145.948 e, ao reverso, na RNOF eles foram aumentados (+648)¹³. Serviços. No âmbito do ERJ houve expressiva criação de p.t. (+5.259), performance seguida pela RNOF (+7.565). Administração Pública. Registra-se diminuição de p.t. no âmbito estadual (-12.073), tendo a RNOF os aumentados (+881) – esse número, contudo, não é expressivo quando comparado ao das outras regiões com desempenho positivo. Quantitativo total. No ERJ, observa-se queda pronunciada de 141.211 p.t., número de novo explicado pelo desempenho da RMRJ (-232.437 p.t.). Entretanto, embora a RNOF tenha aumentado seus p.t. essa performance se mostra a mais baixa quando consideradas as demais regiões – excluídos por suposto os casos negativos das Regiões Metropolitana (-232.437 p.t.) e Costa Verde (-924 p.t.).

Em resumo: comparando a Região Noroeste com o ERJ, verifica-se: a) a fragilidade do Setor agropecuário no que trata da geração de p.t., quer em termos estadual quer regional; b) a elevada sensibilidade da Indústria fluminense às flutuações econômicas, enquanto a RNOF, com algum grau de resiliência, logrou aumentá-los – vide, ilustrando, os números das indústrias química, têxtil, de alimentação e bebidas, e construção civil; c) os Serviços, por sua vez, mostraram certo vigor diante das anotadas flutuações econômicas do estado, comportamento acompanhado pela região em tela – vide, como escrito antes, os números do comércio varejista, transporte e comunicação, e medicina, odontologia e veterinária; e d) a Administração pública, embora tenha perdido p.t. no estado, ela logrou gerá-los na região em estudo. Em suma: saliente-se o desempenho ruim da Agricultura e o bom dos Serviços; e bem atrás, conquanto também positivos, os da Indústria e Administração Pública.

Por último, dadas as dificuldades econômicas (agravadas, vale enfatizar, pela crise fluminense e nacional da segunda metade dos anos 2010), os destaques intrassetoriais apontados serão examinados de forma um pouco mais detida em seguida. Para tal, como já assinalado, tendo como foco a geração de postos de trabalho dos municípios da RNOF (Quadro 4).

¹³Tenha-se em conta que a crise da produção da Bacia de Campos e a dos preços do barril do petróleo repercutiram no estado. Tanto que impactaram negativamente no ERJ, bem como na Região Norte e não nas Baixadas Litorâneas e, como consta do quadro em exame, na RNOF (por causa da sua relação ténue com a economia do petróleo, como já se indicou na Apresentação).

Quadro 4 – Variação absoluta dos postos de trabalhos por setor de atividade e municípios da região Noroeste Fluminense – 2010/2021

Setor de atividade	Ape- ribé	Bom Jesus	Cam- buci	Ital- va	Itao- cara	Itape- runa	Laje do Muriaé	Mira- cema	Nati- vidade	Porci- úncula	Pádua	Ubá	Varre- Sai	Total
Agricultura	-15	-108	-29	-17	-77	-90	-25	-57	-25	-12	-89	-27	-4	-575
Indústria	55	-136	-89	319	7	305	17	172	-134	-61	236	-35	-8	648
Extrat. Mineral	-10	-5	-10	34	0	89	-10	5	0	-20	-116	-29	0	-72
Min. não metálico	2	-63	3	-36	12	14	44	-11	-1	-38	-112	25	-2	-163
Metalurgia	-19	-12	2	4	-9	-34	1	-58	0	-4	79	0	1	-49
Mecânica	-46	0	-7	0	-5	12	0	0	1	0	87	0	0	42
Eletr. e comunic.	0	12	0	1	0	3	0	-2	0	0	0	0	0	14
Mat. de transporte	0	0	0	0	1	-141	6	0	1	1	1	0	0	-131
Mad. mobiliário	-16	-17	-3	19	-18	72	-5	-6	2	0	-37	0	-4	-13
Papel e gráf.	3	-20	0	3	-4	-72	0	-2	-1	-4	263	1	0	167
Borr., fumo e couro	0	9	0	-5	0	4	0	0	0	-2	-1	0	0	5
Química	164	2	0	1	-2	11	21	3	-22	0	23	0	0	201
Têxtil	-6	-1	-36	33	-29	357	-24	-5	4	-26	25	7	0	299
Calçados	0	0	0	0	0	-4	0	0	0	0	-1	0	0	-5
Alim. e bebidas	-7	80	-39	31	3	85	-15	110	-136	31	-12	-11	-13	107
Serv. util. pública	0	9	-2	-2	4	-36	1	0	0	0	72	0	0	46
Construção civil	-10	-130	3	236	54	-55	-2	138	18	1	-35	-28	10	200
Serviços	338	431	198	226	485	3.429	209	769	484	277	339	331	49	7565
Com. varejista	91	-9	83	134	185	650	9	176	95	103	44	60	18	1639
Com. atacadista	-11	-8	-1	77	25	-439	-47	68	-1	1	-8	0	10	-334
Inst. financeira	4	30	2	12	11	79	-4	0	-6	2	48	-4	5	179
Adm. técn. prof.	65	112	4	21	150	826	-5	23	82	92	344	14	19	1747
Transp. e comunic.	141	92	52	25	73	586	3	163	10	54	104	52	90	1445
Aloj. e alimentação	13	115	34	5	78	-21	11	12	58	101	-449	18	26	1
Méd., odont. e veter.	4	21	6	-45	87	1128	-3	-4	-25	-42	39	2	-61	1107
Ensino	2	164	-4	33	68	405	10	52	17	59	49	4	41	900
Adm. Pública	29	-86	22	-36	-192	215	235	279	254	-93	168	185	-99	881
Total	378	187	80	528	415	3644	201	884	325	204	486	269	37	7638

Fonte: Brasil (2024).

Do Quadro 4 vem: Agricultura. Houve perda no agregado regional (-575 p.t.), bem como em todos os seus municípios, pontificando negativamente Bom Jesus (-108 p.t.), Itaperuna (-90 p.t.), Pádua (-89 p.t.) e Itaocara (-77 p.t.). É dizer: a agricultura se mostra de fato um problema para a economia regional. Essa performance não surpreende pois, embora haja potencialidades na região a serem exploradas (como se mostrará), elas carecem de apoios institucionais e de indústrias que lhes sejam complementares.

Indústria. O desempenho regional foi positivo (+648 p.t.), destacando-se os municípios de Italva (+319 p.t.), Itaperuna (+305 p.t.), Pádua (+236 p.t.) e Miracema (+172 p.t.). Serviços. Ocorreu aumento agregado na região de 7.565 p.t. Tal desempenho positivo se deu em todos os seus municípios, sobretudo pelos números verificados em Itaperuna, qual seja, 3.429 p.t. – o que, é trivial, reafirma a importância econômica desse município na região. Administração pública. Registrou-se +881 p.t. na RNOF, número esse explicado por Miracema (+279 p.t.), Natividade (254 p.t.), Muriaé (235 p.t.), Itaocara (215 p.t.), Ubá (185 p.t.) e Pádua (168 p.t.). Por último, com relação ao quantitativo total, assinale-se que o resultado agregado é positivo (+7.638 p.t.) principalmente por causa de Itaperuna (+3.644 p.t.)¹⁴.

Por fim assinale-se que: preponderam na RNOF, dado o Quadro 4, os setores de Transportes e comunicações, Administração técnico profissional, Comércio varejista, Ensino, Alimentos e bebidas – não obstante também há algumas indústrias mais “pesadas”, tais como a Química, a Extrativa mineral, a Metalurgia, a Mecânica, a de Papel e gráfica etc. Ou seja: essa região não é na realidade um vazio de empresas e negócios, conquanto tampouco possua uma estrutura econômica que possa ser superestimada; e as potencialidades e resiliências indicadas neste item 2.2 serão analisadas na seção seguinte¹⁵.

¹⁴Tal município foi alavancado pelos números obtidos pelo seu setor de serviços (+769 p.t.), seguido pela sua Administração pública (+279 p.t.).

¹⁵Para análise mais detida, município a município, cabe destacar os seguintes setores: Extrativa mineral, Química, Alimentos e bebidas, Comércio Varejista, Instituições Financeiras, Transportes e comunicações, Médico odontológico veterinário, e ensino em Itaperuna; Minerais não-metálicos em Laje do Muriaé; Química, Transportes e comunicação, e Administração técnico profissional em Aperibé; Alimentos e bebidas, Construção civil, Comércio varejista e Comércio atacadista, Administração técnico profissional, e Transportes e comunicação em Miracema; Comércio varejista, e Administração técnico profissional em Porciúncula; Construção civil, Comércio varejista e Comércio atacadista em Italva; Comércio varejista, Administração técnico profissional, Transportes e Comunicação, e Ensino em Itaocara; Transportes e comunicação em Varre-Sai; e, Ensino em Natividade. Mais: dado serem os municípios de Pádua e Bom Jesus referidos por vezes como potenciais polos de desenvolvimento regional capazes de rivalizar com Itaperuna, eles foram aqui separados (dos acima); como segue: o primeiro se destacou nos setores de Metalurgia, Mecânica, de Papel e gráfica, nas Instituições financeiras, na Administração técnico profissional, nos Transporte e comunicação, e no Ensino; e, o segundo, em Alimentos e bebidas, Administração técnico profissional, Transporte e comunicação, e Ensino. De outra forma: afóra a distância de ambos em termos econômicos face a Itaperuna, também resulta evidente do quadro anterior e das subsequentes análises, o peso “a maior” de Pádua *vis a vis* Bom Jesus, posto sobressaírem nesse último segmentos de maior impacto.

3.3 A tipificação da distribuição da renda e o problema da pobreza

Para análise da distribuição da renda (através do coeficiente de Gini) e da pobreza (pela ordem, através do contingente de pobres via CadÚnico e de dados coligidos na fonte já mencionada) foram considerados apenas dois conjuntos de municípios: Itaperuna, Pádua e Bom Jesus; e Aperibé e S. José de Ubá. Os três primeiros são os mais dinâmicos em termos econômicos e os outros dois os menos no que concerne a esse mesmo quesito. A escolha em questão partiu do seguinte questionamento: existe discrepância (ou não) entre os dois grupos de municípios no que concerne à apropriação da renda gerada?

3.3.1 Coeficiente de Gini (CG)¹⁶

De maneira sucinta (Quadro 5), possível dizer que os CG desses municípios se situam em níveis intermediários, sendo o coeficiente mais elevado o registrado em Itaperuna em 1991 (0,6518) e os mais baixos em Aperibé (0,4521), Ubá (0,4652) e Itaperuna (0,4913) em 2010. Ainda: esse último município e Pádua reduziram seus CG nos anos analisados, o que indica ter havido alguma diminuição das suas desigualdades sociais. Ademais, Bom Jesus oscilou, pois a reduziu em 2000 e voltou a elevá-la em 2010; e os dois municípios mais pobres a diminuíram na passagem dos anos 2000 para 2010. Esse comportamento se explica por causa: do crescimento econômico setorial verificado nos últimos anos analisados (com a exceção da Agricultura) que, apesar de modesto, sustentou dado volume de emprego e geração de riqueza; dos programas de transferências de renda dos governos estadual e federal, e em alguns municípios; da existência de certo número de pequenos empreendimentos espalhados pelo seu território etc. (tais injeções de recursos na economia da região serão analisadas nas páginas seguintes). Em síntese: parece prevalecer na RNOF uma distribuição de relativa equanimidade, por baixo, dos rendimentos pagos/auferidos.

¹⁶Esse coeficiente varia entre zero e um: quanto mais próximo de zero mais igual é a distribuição da renda apropriada pelos indivíduos e de um, ao contrário, mais desigual (no limite, nesse último caso, um único indivíduo se apropriaria dela na sua inteireza).

Quadro 5 – Coeficiente de Gini (CG) de municípios selecionados (Itaperuna, Pádua, Bom Jesus, Aperibé e São José de Ubá)

Municípios	1991	2000	2010
Itaperuna	0,6518	0,5496	0,4913
Pádua	0,6023	0,5556	0,5226
Bom Jesus	0,5874	0,5380	0,5709
Aperibé	-	0,5591	0,4521
São José de Ubá	-	0,5969	0,4652

Fonte: Sebrae (2016).

CadÚnico. Partiu-se da ideia de que a quantidade (ou porcentagem) de pessoas inscritas nesse cadastro constitui prova fidedigna da extensão da miserabilidade (ou da chamada baixa renda) existente, no caso, nesse recorte geográfico. A respeito, vide o Quadro 6:

Quadro 6 – Pessoas cadastradas no CadÚnico de municípios selecionados da região Noroeste Fluminense

Unidade Geográfica	2012		2022	
	Pessoas	% População	Pessoas	% População
Brasil	79.618.943	41,06	89.312.676	43,98
ERJ	4.350.094	26,80	5.991.415	37,32
RNOF	143.105	44,65	150.095	46,32
Itaperuna	33.558	34,52	40.004	39,59
Pádua	13.295	32,53	16.330	39,52
Bom Jesus	15.781	44,23	16.962	48,22
Aperibé	5.354	50,77	4.253	38,54
São José de Ubá	4.619	65,12	3.811	53,90

Fonte: CadÚnico (2012/2022). Nota: População censitária de 01/08/2022. Optou-se por considerar apenas o número de pessoas, posto que no caso das famílias, de 2012 e 2022, as nomenclaturas não são compatíveis para fins analíticos. Ainda: foi escolhido o mês de agosto, pois tal mês permite a comparação das estimativas do IBGE com o registro do CadÚnico.

A leitura dos dados da população inscrita no CadÚnico para o Brasil, o ERJ e a RNOF (e seus municípios) mostra ser o percentual de pobres mais elevado no último recorte geográfico que nos outros dois níveis federativos. Em suma, essa região apresenta elevados níveis de pobreza. A média do ERJ está abaixo da média brasileira, no entanto, a da RNOF se situa bem acima da fluminense e é superior à brasileira. Constata-se ainda que: os três municípios mais ricos em 2022, pela ordem, têm 39,59%, 39,52% e 48,22% da sua população inscrita no cadastro em questão no que trata dos dois primeiros – Itaperuna e Pádua. Vale enfatizar, o fato de eles serem os municípios mais polares da região; e dos mais pobres, os percentuais registrados são de quase 39% em Aperibé (abaixo da média regional) e de 53,90% em Ubá (bem acima da referida média)¹⁷.

¹⁷Considerados os outros municípios, verifica-se que dos treze sete deles têm percentuais de pessoas inscritas superiores a 50% (e inferior a 60%) do total da população (Miracema, 59,22%; Porciúncula,

3.3.2 *Contingente de pobres*

O terceiro indicador registra o percentual de pobres dos mesmos cinco municípios na sua relação com a população total e a colocação deles no âmbito (ranking) estadual em 2010 (quando a conjuntura econômica fluminense e nacional era auspiciosa); como segue: Itaperuna (26,2% e 23°), Bom Jesus (35,3% e 70°), Pádua (33,1% e 41°), Aperibé (32,5% e 48°) e São José de Ubá (48,8% e 91°) (Sebrae, 2016) ¹⁸. Desse conjunto de informações vem o seguinte: a) o contingente de pobres registra apenas dois municípios com percentuais inferiores a 30% (Italva e Itaperuna) – vale dizer, os outros onze o ultrapassam¹⁹; b) os percentuais assinalados atestam viver em situação econômico-financeira modesta ou mesmo precária parcela significativa dos habitantes dessa região; c) por fim, respondendo à pergunta efetuada, com a notória exceção de Itaperuna, pode-se dizer que mesmo os municípios de Bom Jesus e Pádua apresentam situação gravosas quando se tem em conta os percentuais de pobres residentes em seus domínios.

3.4 **Uma sucinta e preliminar conclusão**

Do conjunto de apontamentos efetuados nesta seção retenha-se: a) a fragilidade da Agricultura, a resiliência da Indústria e as contribuições inequívocas dos Serviços e da Administração pública no que concerne à geração de postos de trabalho; b) a incontestante importância econômica de Itaperuna na região. Sem prejuízo dessa anotação, assinale-se a relativa complexidade de Pádua frente a Bom Jesus nesse mesmo aspecto (o econômico); c) o exame do CadÚnico comprovou a precária situação econômico-financeira de parte expressiva da população da RNOF, atestada pelo seu largo contingente de pobres; e d) os dados do Coeficiente de Gini, por sua vez, indicaram que apesar da

57,44%; Cambuci, 55,66%; Natividade, 50,23%; e, o referido, São José de Ubá, com 53,90%). Pior: há municípios com percentuais superiores a 60% da sua população experienciando essa situação, como segue: Varre-Sai (64,73%) e Laje do Muriaé (68,81%).

¹⁸ Veja-se a lista completa (percentuais de pobres e posição no ranking estadual): Aperibé, 32,5% e 48°; Bom Jesus, 35,3% e 70°; Cambuci, 36,9% e 74°; Italva, 29,5% e 34°; Itaocara, 32,8% e 51°; Itaperuna, 26,2% e 23°; Laje do Muriaé, 43,9% e 88°; Miracema, 33,0% e 53°; Natividade, 33,1% e 57°; Porciúncula, 40,1% e 81°; Pádua, 33,1% e 41°; São José de Ubá, 48,8% e 91°; e, Varre-Sai, 43,9% e 87°.

¹⁹ Alguns desses últimos municípios se situam na faixa dos 30%, porém há casos em que eles ultrapassam inclusive os 40% (de pobres), como são os casos de Laje do Muriaé (43,9%), Porciúncula (40,1%), São José de Ubá (48,8%) e Varre-Sai (43,9%). No ranking estadual seis deles ocupam posições bem graves: Bom Jesus (70°), Cambuci (74°), Laje do Muriaé (88°), Porciúncula (81°), São José de Ubá (91°) e Varre-Sai (87°).

fragilidade econômica e social existente não vigoraria na região a extremada diferenciação de apropriação da renda tão encontrada no País. É esse último apontamento que anima a busca por melhor desvelar a natureza dessa região e suas perspectivas de futuro, posto ele sugerir que apesar de tudo “a vida ali acontece”. Como segue.

4 A RNOF: LASTROS, PRESENTIFICAÇÕES HISTÓRICAS E POTENCIALIDADES

Como consta da Introdução, a presente seção se encontra organizada em três sucintos movimentos analíticos: no primeiro, aponta-se a existência de lastros estruturais que permitem, como enunciado, a vida acontecer nos domínios em questão, assim como para a consecução de práxis mais avançadas relativas ao seu desenvolvimento econômico e social; no segundo, resgata-se o processo histórico de ocupação territorial dessa região, tendo em vista o fio analítico da dinâmica econômica, de sorte a demarcar a vigência em seus limites de uma divisão territorial do trabalho a ser valorada para a reflexão e consecução do aludido desenvolvimento; e no terceiro, examinam-se algumas atividades com potencial de geração de emprego e renda passíveis de serem mobilizadas para efeito dessa mesma reflexão e consecução.

4.1 Lastros gerais para o desenvolvimento prospectivo da RNOF

Como assinalado, apesar dos muitos e graves problemas existentes, a vida acontece porque nela ocorre razoável injeção de recursos públicos, dado o seu porte, através do mecanismo dos royalties (repetindo: embora eles não sejam expressivos), dos programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada²⁰), dos empregos públicos formais (eles representam 26% dos seus empregos totais) e das aposentadorias e pensões (Sebrae, 2016)²¹. Acrescente-se na composição

²⁰O Benefício da Prestação Continuada, BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante ao idoso com mais de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade um salário-mínimo mensal.

²¹Tais empregos públicos alcançam em relação ao mesmo total: em Varre-Sai, 64,4%; em Laje do Muriaé, 63,0%; em São José de Ubá, 62,2%; em Natividade, 56,5%; em Cambuci, 49,5%; em Italva, 44,4%; em Porciúncula, 41,8%; em Aperibé, 37,7%; em Miracema, 35,2%; em Itaocara, 31,9%; em Pádua, 21,5% e

desse quadro societário: a massa salarial ali aportada deriva do fato de parcela de seus residentes trabalharem nas plataformas de extração e produção de petróleo da Bacia de Campos, os quais, após o período em alto mar, retornam para suas cidades gastando os rendimentos auferidos nessa atividade profissional; a relativa facilidade dos servidores públicos ativos e inativos para acessarem crédito privado; as políticas de transferência de renda dos governos estadual e municipais (mais uma vez: ainda que modestas); e os financiamentos públicos advindos do governo do ERJ conquanto igualmente modestos (Siqueira, 2016)²².

Do mesmo modo contribui para a assertiva-mote deste item 3.1, o fato de a pirâmide etária conformar uma distribuição populacional do tipo normal²³. Resulta dessa anotação o provável “congelamento” do referido êxodo rural por causa da existência de condições endógenas geradora de certo represamento populacional, sublinhando aí, inclusive, o das pessoas situadas nas faixas consideradas mais aptas para o trabalho²⁴.

Ainda: como se constata no Painel Sebrae/Região Noroeste (SEBRAE, 2016), tal e qual analisado na seção precedente, há nesse espaço atividades econômicas geradoras de emprego e renda urbanos nas atividades comerciais, nos serviços, na indústria e na administração pública. Sem embargo, além dessas atividades citadinas, destaque especial deve ser conferido às que são realizadas no campo. Ilustrando²⁵: a RNOF apresenta proeminência no âmbito estadual: na produção de café, com 15.477 toneladas, seguida à distância pela região Centro Fluminense com “apenas” 3.306 toneladas (IBGE, 2022b²⁶); na produção leiteira de origem animal, com 104.786 litros, ficando atrás apenas do Sul

em Bom Jesus, 21,3%. Importante, em adição, assinalar que os percentuais aqui arrolados são de 2014, quando a economia brasileira e a fluminense ainda cresciam com alguma robustez.

²²Também concorrem para esse fim as atividades realizadas à margem dos registros governamentais. Ilustrando: há pessoas na região com disponibilidades financeiras que compram terrenos, constroem casas e as alugam sem formalização legal; e, isso, claro, lhes garante dado rendimento mensal, bem como movimentam a economia local (aliás, desde as obras de construção). Essa informação foi obtida através de entrevista informal com um ex-morador de Cambuci e um outro que, por atividades profissionais, visita com frequência a cidade.

²³Ela tem a forma de sino. No caso, a maioria da população apta para o trabalho se concentra na parte central (desse sino) e, ao reverso, a minoria se situa (os mais novos e mais velhos) nas suas duas partes descendentes e mais baixas. É dizer: a referida minoria se localiza mais próximas da chamada abcissa que, junto com a ordenada, define o espaço bidimensional em questão.

²⁴Essa anotação resulta da realização da busca de dados diversos na internet, município a município, como da realização de contas também diversas.

²⁵Adotou-se aqui a regionalização adotada pelo IBGE (das seis mesorregiões) e não a do governo do ERJ (com seus oito recortes territoriais). Isso se deu pela relativa facilidade de acessar tais dados nessa base institucional e, passo seguinte, mostrar a importância da RNOF nos quesitos analisados no âmbito do estado (apesar de tudo o que já se analisou sobre a RNOF). Por fim, anote-se que os municípios da região em análise são os mesmos nas duas regionalizações, o que facilitou a comparação/destaques assinalados.

²⁶Sublinhem-se em seu âmbito os municípios de Varre-Sai (8.000 toneladas) e Porciúncula (6.307 toneladas).

Fluminense (119.990) (IBGE, 2022c); e no efetivo do rebanho bovino, com 628.247 cabeças de gado, superada apenas pela RNO (744.225 cabeças) (IBGE, 2022c).

Reforça essa última anotação o fato de residir no campo quase 20% da população regional, o que destoa da média estadual (3,3%), brasileira (15,28%) e mesmo das taxas vigentes em alguns municípios da RNOF²⁷. Ou seja: o mencionado êxodo rural deve ser requalificado na medida em que com a crise do café (de importante impacto) e ulterior introdução da pecuária o campo dessa região não foi tão “limpo de gente” como aconteceu em boa parte do Brasil (esses apontamentos serão retomados logo adiante). Ilustra à perfeição o fato de: em S. José de Ubá esse percentual ser de 63,7%; em Varre-Sai, de 47,4%; em Cambuci, de 32,2%; em Itaocara, de 30,8%; em Italva, de 30,0%; e em Muriaé, de 28,9%. Desse modo, resulta evidente que as pessoas sediadas nesses espaços encontra(ram) condições para pelo menos “tocarem suas vidas” em termos de moradia e de alimentação, daí o apontado comportamento estatístico normal da pirâmide etária.

Resumindo: mesmo com recursos limitados face a outros lugares do ERJ e do País é possível, como se disse reiteradas vezes, tocar a vida na região. Por conseguinte, também se pode dizer não ser a RNOF um deserto absoluto de gente²⁸. Por fim, sublinhe-se que a base socioeconômica e espacial nela existente parece operar como elemento de contenção do seu esvaziamento econômico e populacional; e portanto, dada essa sua resiliência, não parece despropositado afirmar que ela poderia vir a lastrear um projeto de desenvolvimento superior econômica e socialmente ao vigente, em especial no campo (como se analisará).

4.2 O processo socioeconômico de ocupação territorial e a estruturação de seus espaços

A ocupação dessa região guarda relação sobretudo com a cultura do café. Acrescente-se que essa sua relativa proeminência, conquanto estendida até a entrada dos anos 1960²⁹, conheceu seu ápice nos anos 1920 (Neves, 2024; Pereira Junior, 2018; Cano, 1977). Como indicado, enfatize-se que a pecuarização desse espaço, por seu turno,

²⁷Os percentuais desses municípios são altos inclusive em relação aos constatados em seu próprio âmbito regional, como eram os casos de Itaperuna 10,8%, Miracema (11,2%), Aperibé (14,7%) e Bom Jesus (18,5%).

²⁸Entretanto, insista-se, existem vazios ocupacionais em seus domínios capazes de viabilizar incrementos da produção de bens de consumo não duráveis uma vez equacionado o problema do abastecimento de água.

²⁹Quando do estabelecimento da política governamental federal de erradicação dos cafezais de 1962.

agravou quer a estruturação econômica quer a populacional regional. Anote-se, além desses processos, que a fraca expansão das atividades industriais e terciárias seguinte fragilizou ainda mais a aludida estruturação (Natal; Cruz; Medeiros Junior, 2023; Mizubuti, 2005).

Não obstante, mencione-se que: a) a atividade cafeeira instalou ferrovias para o deslocamento da sua produção e transportou outras mercadorias (pecuária, açúcar da região Norte, etc.) e pessoas, bem como reduziu seu isolamento quando elas se integraram com as (ferrovias) que cortavam a Região Norte Fluminense (Pereira Júnior, 2016); b) o avanço dessa atividade contou com a presença de famílias italianas que migravam para o Brasil no final do século XIX, fenômeno que fincou no espaço da RNOF a cultura da produção rural, em especial nos municípios de Natividade, Varre-Sai e Porciúncula (Bertholazzi, 2009; Neves, 2024)³⁰; e c) a mesma pecuária (leiteira) que contribuiu para reduzir a população rural formou cooperativas de leite e derivados em seus espaços, particularmente a partir dos anos 1940 (estruturadas em pequenas propriedades)³¹. Enfim: apesar dos pesares os processos ora apontados legaram potencialidades econômicas para o ulterior desenvolvimento da região.

Tanto que com o passar do tempo, por conta dos contributos do passado (algum dinamismo econômico agropecuário, uma dada integração socioeconômica, culturas agrícolas específicas etc.) e das necessidades mesmo, uma série de atividades foi sendo desenvolvida (a esse respeito vide sobretudo os dados alinhados nos Quadros 2 e 4, e as análises que se seguiram):

a) Itaperuna veio a se consolidar como centro microrregional; e.g., a exercer notória influência nesse seu âmbito. Como mostramos, ele é o mais populoso e economicamente dinâmico da RNOF, posto ter conseguido diante das mudanças referidas tanto manter sua tradição na pecuária de corte e na agroindústria leiteira quanto avançar na produção de alimentos e bebidas, de têxteis, extrativos minerais etc. De outra forma: além de desenvolver suas anteriores atividades econômicas,

³⁰Itaperuna e Bom Jesus também produzem café.

³¹Tanto que no início da década de 1970, quando o governo federal estimulou a renovação e o revigoramento dos cafezais, os antigos municípios produtores já tinham desmontado suas estruturas cafeeiras.

Itaperuna se tornou o principal centro produtivo, comercial e de serviços da região³²;

b) Pádua é outro centro microrregional, com tradição na produção de pedras ornamentais, afora se destacar nos setores de metalurgia, mecânica, papel e gráfica, transportes e comunicações etc. Observe-se também que ele apresenta dinâmica societária influenciada por suas interações com municípios mineiros fronteiriços no que trata do comércio e serviços (esse município será considerado mais uma vez adiante); e

c) Bom Jesus desenvolve atividades agrícolas, agropecuárias e agroindustriais em interação com a extensa divisa do Espírito Santo³³.

Vale dizer: esses três municípios, por essas suas características econômicas, dispõem de razoáveis dinâmicas próprias. Ilustra essa assertiva – exemplarmente – o fato de os Institutos Federais nelas existentes oferecerem cursos de natureza distinta, como segue: um voltado para a atividade agropecuária, em Bom Jesus; outro orientado para a formação industrial, em Pádua; e um terceiro, dirigido à tecnologia e aos serviços, em Itaperuna (incluindo nesse caso as atividades comerciais).

Em suma: aos três municípios destacados adicione-se os “menores”, quais sejam, os orientados para a produção pecuária, leiteira e até de alguns produtos com razoável valor adicionado, como é o caso dos cafés certificados de Varre-Sai. Portanto, pode-se asseverar haver na região uma espécie de taxionomia – a quatro – conformadora de uma divisão territorial do trabalho portadora tanto de potencialidades quanto de algumas complementariedades econômicas. Enfim: elas deveriam ser valoradas quando da elaboração e implementação do supramencionado projeto de desenvolvimento!

³² Itaperuna abriga em seu território universidades (destaque-se uma de medicina e um Instituto Federal), empresas importantes (como o é a Quatá Alimentos), um comércio bem desenvolvido, atividades agropecuárias, um polo de confecções (cerca de cinquenta lojas *outlet*), cinco shoppings centers. Destaque particular deve ser feito em relação às suas áreas da saúde e educação.

³³ Detalhamentos foram exarados ao final da Seção 2.

4.3 Uma análise complementar acerca das atividades econômicas com potencialidades a serem apoiadas

Na atual conjuntura, sem prejuízo da importância de Itaperuna, dois outros municípios foram apontados como detentores de potencialidades para com ele rivalizar: reiterando, Pádua e Bom Jesus. Como diversas vezes se mostrou isso não procede. Todavia parece pertinente examinar mais uma vez esses dois municípios por conta das suas aludidas importâncias populacionais e econômicas regionais para efeito do supramencionado projeto; como segue:

Pádua. Essa unidade subnacional conta com boa acessibilidade ao território capixaba, ao dos municípios mineiros vizinhos e ao da região do Médio Vale do Paraíba através, respectivamente, das rodovias RJ-186 e BR-393. Pádua ainda, junto com Pirapetinga, em Minas Gerais, dispõe de um polo produtor papelero (como evidenciado no Quadro 4 e nas análises que se seguiram). Tanto que no seu entorno estão instaladas empresas distribuidoras de carnes e de bebidas, retífica de pneus, fundição e torrefação de café etc. e, por causa, exercendo influência no território mineiro. Sublinhe-se, ademais, a sua especialização na extração de pedras ornamentais, atividade essa que teria características de APL (Arranjo Produtivo Local) (PortalRioBr, 2024)³⁴.

Bom Jesus. É fato que ele também possui localização privilegiada, dado ser atravessado pela RJ-186, por onde circula tráfego de caminhões e outros veículos oriundos do Espírito Santo com destino à porção ocidental do ERJ, passando por municípios mineiros, através da BR-393. Daí a provável existência em seus limites de empresas de serviços de apoio logístico, tais como as de mecânica, de peças, de postos de abastecimento etc. Mais: a cidade conta ainda importante centro comercial e de serviços especializados. Ainda: anote-se que a sua área de influência estaria se estendendo pelo sul do referido Espírito Santo e pela zona rural do norte do município de Campos dos Goytacazes. Por fim, observa-se o incremento de atividades rurais (criação de ovinos e caprinos, pecuária leiteira, cultivo de café), além de pequenos negócios, reforçando a ideia da existência em

³⁴Contudo essa mesma fonte também informa ser essa atividade realizada com baixa qualificação gerencial e tecnológica e, por causa, com preços rebaixados. A consequência dessa conformação é óbvia: a sobrevivência das empresas envolvidas nessa atividade estaria comprometida, bem como a sua capacidade de geração de emprego e renda.

seus espaços de processos econômicos merecedores de efetivas políticas públicas (PortalRioBr, 2024).

Transcendendo esses dois municípios, à guisa de ilustração, dentre outras atividades/espços cabe apoiar: a) a agricultura familiar e melhor ocupar em termos produtivos os atuais vazios populacionais existentes (seção 1); b) a atividade industrial desenvolvida em Italva, Itaperuna, Pádua e Miracema (seção 2); e c) a atividade de serviços de toda a região, em especial a de Varre-Sai que apresentou o pior resultado no período examinado (Quadro 4).

Por fim, entende-se que cabe: d) melhorar o fluxo de caminhões para facilitar o escoamento da produção regional em volume e preço adequados, tornando-a mais competitiva, em especial a de café (Varre-Sai e Porciúncula), a de pedras ornamentais (Pádua), as de ovinos, caprinos e bovinos (Bom Jesus) (seção 2, Quadro 4; e seção 3, sobretudo o item 3.2 e parte deste 3.3); e) conferir atenção à questão do abastecimento de água para o meio urbano e rural de maneira a permitir que a vida humana do dia a dia possa acontecer sem restrições, bem como viabilizar seu desenvolvimento econômico (considerem-se nesse ponto aspectos como custos, preços, competitividade etc.); f) desenvolver o comércio, a agropecuária e os polos de confecção de Itaperuna etc. (seção 2); e g) tornar Itaperuna o polo logístico-institucional da região, posto ser esse município o mais capacitado para sediar a elaboração e implementação do tantas vezes referido projeto de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM RESGATE DAS CONCLUSÕES E OS NECESSÁRIOS APOIOS INSTITUCIONAIS

Dois são os focos analíticos aqui perseguidos: a realização de um determinado resgate das principais conclusões do artigo e a defesa da implementação das apontadas políticas públicas para que a RNOF possa vir a superar seu atual e precário “estágio” de desenvolvimento. Como segue.

5.1 Breve e determinado resgate das principais conclusões do artigo

Diante do alinhado se pode dizer que: a) a situação socioeconômica examinada é preocupante; b) o descortínio de novos e positivos horizontes de desenvolvimento não se mostra tarefa simples; e c) as atividades econômicas geradoras de emprego e renda são modestas. Numa frase: essa região se mostra relativamente estagnada, com limitado mercado interno, e carente de regulares e efetivas políticas públicas. Porém, ela apresenta segmentos produtivos, alguns deles especializados, que poderiam vir a sustentar maior dinamismo econômico e propiciar aos habitantes da região melhores condições materiais de vida. Mais precisamente: embora existam lastros e potencialidades, elas não se mostram suficientes para realizar seu próprio take off socioeconômico; e isso, vale sublinhar, implica dizer que a RNOF carece de políticas públicas a ela externas para ultrapassar a condição na qual se encontra³⁵.

5.2 Os imprescindíveis apoios institucionais

Para esse fim, recomenda-se: a) o estabelecimento de fundos estaduais e nacionais específicos para seu desenvolvimento (regional)³⁶; b) a criação de uma área extensiva de mercado junto com a Região Norte Fluminense e com municípios mineiros e capixabas fronteiriços; e c) a alocação de especializações e atividades complementares, também sem perder de vista a referida Região Norte, que fortaleçam as pequenas empresas que tanto caracterizam a paisagem econômica regional (Sebrae, 2016); d) a efetivação de um planejamento de corte estadual e federal orientado pelas necessidades regionais que minimize as injunções políticas deletérias e não-republicanas; e) a devida definição e atenção para com os setores mais dinâmicos dos municípios fronteiriços do estado do Espírito Santo e Minas Gerais; e f) o enfrentamento da questão do abastecimento de água para o meio urbano e rural, porquanto a ocupação passada e presente ocorreu e vem

³⁵No PAC III, do governo federal, que destina R\$ 342,6 bilhões para o ERJ, não há um único projeto de investimento *stricto sensu* apontado para a RNOF. As exceções podem (ou devem?) ficar por conta dos municípios com institutos federais em seus limites, reiterando: Itaperuna, Pádua e Bom Jesus.

³⁶O tratamento desse processo, de apoio/financiamento institucional, deveria se dar através do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Nordeste Fluminense (CIDENNF) - com ampla participação da sociedade civil.

ocorrendo de modo predatório, qual seja, destruindo a Mata Atlântica e, por derivação, as minas d'água, a vazão dos rios etc³⁷.

Isto posto, julga-se inadiável considerar o clássico e progressista debate acerca da chamada questão regional; qual seja, o relativo às áreas que se mostraram “perdedoras” (Lipietz; Leborgne, 1988)³⁸, posto ele defender para casos como ora examinado a chamada intervenção governamental. Para não exagerar nas citações e listagens de autores e obras fundamentais, destaquem-se somente as contribuições de Tania Bacelar de Araújo (1999), posto essa autora propor algo crucial: a adoção de um planejamento de corte territorial nacional e transescalar que permita a consideração de todo e qualquer lugar do Brasil – dada a afirmação de um projeto de desenvolvimento de País que observe sua soberania no concerto das nações, em especial diante do hegemon. Nessa perspectiva, essa autora destaca que ele, e apenas assim, tornaria possível os sujeitos sociais/entes federativos contarem com uma macro referência para efeito das práxis atinentes a seus microrrecortes geográficos.

Em complemento, tendo em vista apenas duas referências teóricas estrangeiras (Lênin, 2024; Trotsky, s/d), vale lembrar que no capitalismo o desenvolvimento é sempre desigual e combinado, daí a necessidade do planejamento público governamental de forma a estabelecer alguma contraposição à sanha que lhe é própria/inerente, a da separação social e espacial (Marx, 2022).

Concluindo: embora a RNOF seja uma região perdedora, nos termos de Lipietz e Leborgne (1988), entende-se que com as sugeridas políticas governamentais ela poderia transcender seus limites; é dizer: obter maior dinamismo econômico, ainda que apoiando-se em estruturas produtivas de pequeno porte (Piraciaba; Lemos, 2017; Silva; Santos, s.d.), sem incorrer nas absurdas perversas disparidades sociais que tanto marcam a formação social brasileira. Paroxismos à parte, a região examinada poderia vir a ser inclusive um paradigma caso a empreitada ora sugerida tivesse (venha a ter) sucesso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tania Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.

³⁷A RNOF foi a mais foi desmatada no estado, tanto que dela restam nos dias de hoje apenas 2%.

³⁸*Vis a vis* as que são plenas de gente, negócios, empregos, serviços etc.

Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/archive/5>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BERTHOLAZZI, Rosane A. **Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950)**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERP, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em: <https://www.rais.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CADÚNICO. DF/Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2012/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

FERREIRA, Andréa Alves *et al.* Avaliação do potencial de captação de água subterrâneas em áreas rurais de municípios do noroeste fluminense/RJ – Brasil. **Revista UFRJ**, Anuário IGEO, Rio de Janeiro, v. 45, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/issue/view/1960>. Acesso em: 12 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades (Noroeste Fluminense)**. 2024. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios Noroeste Fluminense**. Economia. Contas Nacionais. 2010 e 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal, PAM (Noroeste Fluminense)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Pecuária Municipal (Noroeste Fluminense)**. Agricultura e pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Revista Espaço e Debates**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 12-29, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7634181/mod_resource/content/1/lipietz-pos-fordismo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARTORANO, Lucien Guerreiro *et al.* **Aspectos climáticos do Noroeste Fluminense/RJ**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

MIZUBUTI, Satie. O processo de urbanização na região noroeste fluminense (RJ) pelo viés do estudo da população (1940-2000). *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais (...)** Universidade de São Paulo, São Paulo, 20 a 26.03.2005.

NATAL, Jorge; CRUZ, José Luis V.; MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento. **Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia Política**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p. 242-270, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/299>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NEVES, Delma Pessanha. **Cafeicultura e pecuária: quadros institucionais, interesses coletivos e reprodução social**. Niterói: Editora Alternativa, 2024.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PEREIRA JUNIOR, Arthur Rodrigues. **Itaperuna (RJ) no contexto regional do noroeste fluminense: um movimento entre a centralidade e a descentralidade**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/Artur-Rodrigues-Pereira-Junior.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PIRACIABA, Bruna; LEMOS, Linovaldo. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro – reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. *In*: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 151-166. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114575>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PORTAL RIO BR. **Arte, entretenimento, turismo**. Noticiário. Rio de Janeiro/Brasil/Região Noroeste, 2024.

REDAÇÃO AGENDA DO PODER. Emendas impositivas da ALERJ: conheça as cidades que mais recebem recursos e as que não receberam nada. **Agenda do Poder**, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://agendadopoder.com.br/175690-2/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SEBRAE. Painel Regional 2016 – Painel Regional Noroeste Fluminense/Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2026. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Marco Túlio Morais Velasques; SANTOS, Erika Vanessa Moreira. **Panorama da região noroeste fluminense no século XXI**: retratos da agricultura familiar, [S.d.]. (mimeo). Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2022/12/Panorama-da-Regiao-Noroeste-Fluminense-no-Seculo-XXI.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo. **Noroeste fluminense**: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/F%C3%A1bio-Gustavo-Viana-Siqueira.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/vol01.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.